

CORREIO
POLÍTICOPOR
RUDOLFO LAGO

REPRODUÇÃO/VÍDEO

Jogadores da Bélgica imitam a "dancinha do Trump"

Tarifaço: quando o cartão vermelho corre risco de 4 a 1

Lideranças do agronegócio que acompanharam a audiência pública nos Estados Unidos para discutir o tarifaço sobre os produtos brasileiros ficaram bem cabreiros com a participação do candidato do PL à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (RJ) no evento. Embora a grande maioria seja conservadora e tenda a votar em Flávio em outubro, a avaliação foi de que esse assunto não deveria ter sido politizado. O objetivo da audiência pública era reunir representantes empresariais, tanto brasileiros quanto norte-americanos, para medir, do ponto de vista técnico e econômico, os efeitos do tarifaço. Para a turma do agronegócio, assim deveria ter continuado. E fizeram para o Correio Político uma comparação com o episódio em que o presidente Donald Trump ligou para o presidente da Fifa, Gianni Infantino, para anular o cartão vermelho dado ao atacante dos EUA, Balogun.

Trump mexeu e o efeito foi inverso

Donald Trump mexeu seus pauzinhos. Infantino atendeu ao pedido. A expulsão foi anulada, e Balogun jogou as oitavas de final contra a Bélgica. Os jogadores da Bélgica ficaram indignados com o tapetão presidencial, jogaram como nunca nesta Copa do Mundo e impuseram aos Estados Unidos uma derrota por 4 a 1. No final, comemoraram imitando uma dancinha feito pelo Trump. Politizar demais as coisas, retirar as coisas do seu campo natural, avaliaram os representantes do agronegócio, dá nisso.



FERNANDO PESSOA/DIVULGAÇÃO

Flávio participou da audiência nos EUA

Economia é que reverteu primeiro tarifaço

A avaliação feita é que, mais do que gestões políticas, o que reverteu mesmo o primeiro tarifaço, foram os argumentos econômicos e empresariais. E a sensação que ficou dessa audiência pública é que a maioria tanto dos brasileiros quanto dos norte-americanos presentes na audiência argumentaram que não há nenhum motivo técnico para sobretaxar os produtos brasileiros. Os Estados Unidos têm um superávit de US\$ 1,5 bilhão na relação comercial com o Brasil. Não há como falar em prejuízo.

Empresas se unem contra medida

Então, o argumento que é veemente neste momento sobre a mesa de Donald Trump não são os cinco minutos da fala de Flávio Bolsonaro na audiência. Mas as 335 gigantes da economia que se manifestaram contra o tarifaço. Empresas como a Nestlé, a Siemens, a Coca-Cola e até a Tesla do antigo aliado e ex-conselheiro no governo Trump Elon Musk, ex-líder do Departamento de Eficiência Governamental dos EUA.

Seção 301

Foi o próprio Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) que abriu um espaço no seu site para manifestações. E esses gigantes da própria economia norte-americana se disseram contra a medida, prevista na chamada Seção 301. O argumento é que ela mais prejudica do que ajuda a economia.

Exceções

Na avaliação dos empresários, no fundo são esses argumentos econômicos, que pesam no bolso, os que realmente acabam tendo influência. Foram o que já fizeram o primeiro tarifaço ter nada menos de 694 exceções. E são o que já projetam que o novo tarifaço, se realmente for implementado, saia também com exceções.

Flávio

O risco da presença de Flávio, avaliam os representantes do agro, é gerar um efeito oposto. Seja pelo que disse Tales Faria no Correio da Manhã de terça – ter ensaiado uma posição tão submissa que faça Trump avaliar que é melhor impor o tarifaço agora para negociar depois das eleições de forma bem mais fácil caso Flávio seja eleito.

Eduardo

Ou seja pelo fato de que Flávio Bolsonaro, mal ou bem, ainda terá de lidar com os efeitos do primeiro tarifaço, quando seu irmão, Eduardo Bolsonaro, bateu no peito para dizer que a sobretaxação tinha acontecido porque ele a tinha pedido ao governo dos Estados Unidos. Produziu o melhor momento de popularidade para Lula.

Lula

No seu discurso, Flávio bateu na tecla de que é Lula quem se beneficia eleitoralmente do tarifaço e o desejaria para lucrar politicamente. Tomando-se o que aconteceu no primeiro tarifaço não deixa de ter certa razão. Exceto pelo fato de que seria muito arriscado para Lula apostar em algo que possa comprometer a economia brasileira.

Alternativas

Flávio tem razão também quando diz que o tarifaço acelera a busca de mercados alternativos aos EUA. Isso, de fato, aconteceu e acontecerá. Como mostrou o Correio Político em agosto do ano passado, um mapeamento feito na época pela ApexBrasil identificou 72 mercados potenciais que poderiam substituir o mercado americano.



Ivete: projeto fortalece o sistema de prevenção à lavagem de dinheiro

Partidos podem ser fiscalizados por lavagem de dinheiro

Projeto inclui as legendas entre as entidades controladas pelo Coaf

Por **Beatriz Matos**

Os partidos políticos podem passar a ser submetidos a um novo nível de fiscalização financeira. A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou, nesta terça-feira (7), o Projeto de Lei 4.636/2020, que inclui as legendas e suas fundações entre as entidades obrigadas a cumprir os mecanismos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro previstos na Lei nº 9.613/1998.

A proposta foi aprovada por unanimidade, com nove votos favoráveis e nenhuma manifestação contrária, e agora seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

Na prática, o projeto faz com que os partidos passem a cumprir exigências semelhantes às já impostas a bancos, corretoras e outras instituições que movimentam grandes volumes de recursos. A intenção é ampliar a capacidade de identificar movimentações financeiras suspeitas e impedir que dinheiro de origem criminosa seja utilizado para financiar a atividade política. O texto altera a Lei de Lavagem de Dinheiro apenas para incluir os partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e suas fundações entre os entes sujeitos a

esse controle.

O projeto é de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE). Durante a análise da proposta, a relatora, senadora Ivete da Silveira (MDB-SC), afirmou que a mudança fortalece o sistema de prevenção à lavagem de dinheiro sem interferir na autonomia partidária.

Segundo ela, os partidos ocupam posição central no processo democrático e, justamente por isso, precisam estar submetidos a padrões mais rigorosos de transparência financeira.

Em seu parecer, a senadora destacou que investigações de grande repercussão demonstraram que estruturas partidárias podem ser utilizadas para a circulação e ocultação de recursos de origem criminosa, comprometendo a lisura das campanhas eleitorais.

Para ela, a medida aumenta a rastreabilidade sobre doações, contribuições e demais receitas das legendas, reforçando a confiança da sociedade nas instituições representativas.

A única alteração promovida pela comissão foi uma emenda de redação para renumerar um inciso da lei, sem modificar o conteúdo da proposta.